



Público

01-07-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 2522

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11

ELINA FRAGA
"SE O SEGREDO DE JUSTIÇA É PARA VIOLAR, ACABE-SE COM ELE"

Entrevista PÚBLICO/Renascença, p10/11



ENTREVISTA PÚBLICO/RENASCENÇA

“Se o segredo de justiça é para violar, acabe-se com ele”

Elina Fraga Indignada com “relatos mais ou menos degradantes” na comunicação social, a bastonária da Ordem dos Advogados pede condenações por violação do segredo de justiça e insiste que é o MP que muitas vezes o viola

Série Justiça (5) Ana Henriques Marina Pimentel

A bastonária da Ordem dos Advogados acredita que a violação do segredo de justiça “é um flagelo” que se evidenciou com a *Operação Marquês*. “Se o Estado não tem capacidade para proteger o segredo de justiça, então acabe-se com ele”, desafia. A propósito de José Sócrates, também fala dos requisitos para aplicação da prisão preventiva e constata que este processo expôs “as fragilidades do sistema judicial”. Mas há mais fragilidades. “Há promiscuidade e tráfico de influências” no Parlamento, diz a bastonária, que vê “sempre as mesmas sociedades de advogados a aceder aos corredores de poder”. E, sobre o aumento de poderes que o Governo aprovou para os espões, avisa que “é natural que em tempos como este, a pretexto do combate ao terrorismo, surjam normas em nome da defesa da segurança que atentem gravemente contra direitos, liberdades e garantias” dos cidadãos.

Como tem acompanhado a situação na Grécia?

Com a mesma preocupação que todos os europeus e portugueses. Vejo também com muita indignação aquilo que tem sido a postura de alguns portugueses, que parecem regozijarem-se de alguma forma com o mal que está a acontecer à Grécia.

Inclui aí o primeiro-ministro?

Incluo todos aqueles que, em vez de procurarem uma solução moderada que permita ao povo grego sair da grave crise económica, pretendem impor-lhe uma austeridade absolutamente insuportável, tal como a que foi imposta aos portugueses.

Os advogados de José Sócrates têm-se queixado de abuso de poder e de desonestidade por parte dos procuradores e juizes na Operação Marquês. Mas os tribunais superiores têm confirmado as suas decisões. Quem tem razão?

O que me preocupa é sobretudo que não sejam violadas as garantias de defesa do arguido, seja José Sócrates ou um anónimo. A violação do segredo de justiça é um flagelo e evidenciou-se neste como noutros casos mediáticos. Há um apelo muito grande da comunicação social para falar de alguém que foi primeiro-ministro. Em todo o caso, censura mais – mesmo com a probabilidade de me ser aberto novo processo-crime – a investigação criminal, à qual cabe proteger o segredo de justiça. Todos os dias continuamos a ler relatos mais ou menos degradantes, como aconteceu muito recentemente com a transcrição integral do interrogatório deste arguido **Como vê isso?** Com profunda indignação. A Procuradoria-Geral da República deu nota de que tinha aberto mais um inquérito. É preciso dar um sinal claro à sociedade de que este é um crime punível por lei e apresentar resultados.

De que adianta dizer que há 20 ou 30 processos-crime contra determinado órgão de comunicação se eles não passam do inquérito? Se é que são abertos inquéritos, não sei se são. Tem de haver julgamentos e condenações. O mais gravoso é o Ministério Público invocar o segredo de justiça e depois ser ele próprio muitas vezes a violá-lo. **É uma dedução sua...**

Na fase do processo em que ainda não foram constituídos advogados e apenas têm contacto com ele o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal há-de ser desse lado, da acusação, que se viola o segredo de justiça. Isto é uma verdade insofismável e sucedeu no caso de José Sócrates. O que é censurável é que se ficione a existência de um segredo de justiça e que essa ficção, ainda por cima, coarcte os direitos de defesa, obrigada ao silêncio imposto por lei. Compreendo o desespero que sentem muitas vezes os advogados quando, de forma sistemática, ao invés de serem notificados dos despachos judiciais ou das sentenças nos seus escritórios, abrem uma página de jornal e vêem lá plasmado o conteúdo desses despachos. Parece que o segredo de justiça se viola sozinho, o que é uma coisa fantástica! Por obra e graça do espírito santo aparecem transcritos nas páginas dos jornais os interrogatórios... E isto faz-se com comunicados sistemáticos e absolutamente inócuos da Procuradoria-Geral da República a dizer que vai abrir inquéritos. Se o Estado não



tem capacidade para proteger o segredo de justiça, então acabe-se com ele. Não podemos é ter a comunicação social a branquear investigações criminais.

O advogado do ex-primeiro-ministro, João Araújo, foi alvo de processos disciplinares na Ordem dos Advogados por ter falado do processo em causa, por um lado, e por ter insultado uma jornalista, por outro...

Os órgãos de jurisdição disciplinar são independentes da bastonária e irão apurar as circunstâncias concretas em que foram proferidas essas afirmações e avaliarão se houve algum excesso de linguagem, ou mesmo a prática de uma infração disciplinar. Hoje é preciso enquadrar a conduta de todos os operadores judiciais à luz de uma justiça acompanhada ao minuto pela comunicação social, onde os excessos muitas vezes são cometidos por todos. O insulto nunca deve ter outro insulto como resposta.

Indigna-a também que alguém possa ficar detido preventivamente um ano, como poderá suceder com José Sócrates?

A prisão preventiva deve ser aplicada aos arguidos em situações extremas. O que por vezes acontece é que se prende para investigar.

Mas a lei não o prevê?

Não. A lei permite que se investigue. Agora para haver prisão, para além de todos os outros requisitos, como o perigo de fuga, a destruição de prova ou a perturbação do inquérito, tem de haver também fortes indícios da prática de crime. A percepção que o cidadão tem é que se anda à procura, de forma quase esquizofrénica, da prática de um ou vários crimes – e não de que há uma linha condutora da investigação criminal. O que é importante retirar do caso do engenheiro Sócrates são as fragilidades do sistema judicial



Ver também em
www.publico.pt



JORDA BOURGARD/98

Acha que depois da prisão do ex-primeiro-ministro a justiça portuguesa ficará igual?

Aquilo que ficou exposto como gravemente lesivo não só da investigação criminal como da honra e do bom-nome de alguém privado de liberdade deve incutir alguma reflexão. É necessário visitar o Código de Processo Penal, porque as formulações que existem não protegem suficientemente os arguidos, e assumir se queremos ou não segredo de justiça em Portugal. Se é para ser violado diariamente, acabe-se com ele, de modo a haver uma verdadeira igualdade de armas entre defesa e acusação. **A ministra da Justiça anunciou o combate à corrupção como prioritário, mas os investigadores continuam a queixar-se da falta de meios. Será deliberada?**

Quando tomou posse, a ministra disse: “Comigo, a impunidade acabou.” Mas decorrida quase

uma legislatura, em que exerceu funções com a falta de cultura democrática que todos lhe reconhecem, a impunidade continua a ser a que existia antes. Até porque essa tarefa cabe aos tribunais – e logo aí houve, da parte dela, uma invasão do poder judicial.

Quis a ministra dizer que ia mudar as regras do jogo, neste caso a lei. Regras que foram declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, como no caso das grandes bandeiras que ela ergueu sobre a reforma do Código de Processo Penal.

Pode dar exemplos?

A questão do julgamento sumário: a ministra pretendia que arguidos indicados de crimes cuja pena fosse superior a cinco anos fossem julgados em processo sumário por apenas um juiz.

O aumento dos prazos de prescrição não foi declarado inconstitucional.

Aumentar esses prazos é estar a

dizer-se que não se tem vontade de investir no combate à corrupção, porque esta medida não resolve nem é uma medida de política criminal digna. Então também se poderia aumentar o prazo de prisão preventiva para cinco anos, para se recolher indícios dos crimes durante mais tempo. Era interessante todos os cidadãos serem obrigados a ter a qualidade de arguidos, eles ou os seus familiares – porque isso altera a visão que se tem das coisas. Se queria acabar com a impunidade, a ministra podia ter, no estatuto da Ordem dos Advogados, estabelecido incompatibilidade entre esta profissão e o exercício da actividade de deputado. Porque há promiscuidade e tráfico de influências, por exemplo na própria Assembleia da República. **Isso foi uma batalha que perdeu?**

Não ganho nem perco batalhas. Não sou guerreira, sou bastonária, que é algo transitório. Muito brevemente serei outra vez advogada. Mas espanta-me que a ministra tenha criado um regime de excepção para os deputados, quando há deputados que utilizam esse cargo para acederem a determinados contratos. É absolutamente intolerável um titular de um órgão de soberania poder atender os clientes no escritório de manhã e à tarde fazer uma lei que abstractamente os pode favorecer. Vejam-se as auditorias a contratos públicos que têm sido feitas na Assembleia da República: há sócios das sociedades de advogados que participaram nesses contratos que, na qualidade de deputados, têm fiscalizado esses mesmos negócios. Isso tem de acabar.

Sob pena de deixarmos cair de podre a democracia, temos de introduzir mecanismos para que as pessoas voltem a ter confiança nestas instituições democráticas. Não sei se há ou não tráfico de influências, mas são sempre as mesmas sociedades de advogados a aceder aos corredores de poder, aos grandes contratos, a fazerem as privatizações. A ministra considera o exercício da advocacia incompatível com a função de juiz, presidente de câmara, vereador. Mas não com ser deputado.

António Costa prometeu que, se ganhar as eleições, acaba com os outsourcing de escritórios

de advogados a trabalhar para o Estado

Já ligo pouco ao que se diz em pré-campanha eleitoral. O facto de haver *outsourcing* não me oferece comentário sempre que, pela elevada especificidade dos diplomas, se exijam conhecimentos que não existam nos ministérios ou na Assembleia. O que já não se justifica é que no caso de diplomas corriqueiros se paguem fortunas a sociedades de advogados, ainda por cima muito específicas, e sem concurso público.

Que consequências retira com o facto de estar prestes a perder a guerra do estatuto da Ordem dos Advogados?

Houve uma grande receptividade por parte dos deputados para introduzirem contributos no estatuto em sede de comissão especializada. Estou confiante nessa melhoria. Insurjo-me contra a tutela do Ministério da Justiça relativamente à Ordem dos Advogados prevista no diploma.

“Decorrida quase uma legislatura, a impunidade continua a ser a que existia antes”

Estamos ao nível da Turquia, que enfrenta um problema semelhante: o Governo turco também quer impor tutela à Ordem dos Advogados, coarctando assim a sua liberdade e independência do poder político. É próprio de espíritos autoritários quererem silenciar a Ordem, que sempre foi um baluarte na defesa do Estado de direito.

Quer dar exemplos de como pode a Ordem ser silenciada?

Imagine o que será reter regulamentos imprescindíveis para o funcionamento da Ordem no ministério, por falta de aprovação.

Em que ficou a queixa-crime que apresentou contra os membros do Governo que aprovaram o mapa judiciário?

Há-de ser julgado. Existe a ficção de que vivemos num Estado democrático, mas depois ninguém pode ter a ousadia de incriminar um político.

Segundo a ministra, até os autarcas que estavam contra a reorganização dos tribunais

agora estão a favor.

Não anda pelo país. Neste último ano corri o país e a percepção que tenho é de um grande descontentamento dos autarcas, tanto do PS como do PSD. Não há nenhum juiz, procurador ou advogado que se reveja na totalidade neste mapa judiciário. É insustentável o que se está a passar, a negação do acesso à justiça.

Quais são as suas expectativas para as próximas legislativas?

Na pasta da Justiça é necessário alguém que conheça muito bem a administração da justiça, os operadores judiciais e a geografia e as condições das populações, sobretudo mais afastadas. E que não queira deixar uma marca na história.

Como militante do PSD que é, aceitaria essa pasta se lhe propusessem?

A questão não se coloca, sou bastonária dos Advogados até Novembro de 2015.

A nível dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, como vê o aumento de poder que o Governo aprovou para os espíes?

Sou muito crítica de qualquer aumento de poderes, a não ser em questões muito particulares, muito fiscalizadas. Repare, estamos num país onde uma ministra da Justiça já afirmou que falava ao telefone como se fosse para um gravador. É preciso ter muita atenção sempre que se permite a invasão da esfera privada das pessoas. E que os órgãos de regulação e fiscalização exerçam efectivamente esse poder – o que não me parece ser o caso em Portugal. É natural que em tempos como este, a pretexto do combate ao terrorismo, surjam normas em nome da defesa da segurança que atentem gravemente contra direitos, liberdades e garantias.

Acha que é o caso?

Acho. É preciso haver moderação. **Enquanto católica, como vê o regresso do tema do aborto ao Parlamento?**

Houve um referendo, há que respeitar a vontade manifestada pelo povo português. E há discussões que me parecem prioritárias relativamente a uma discussão que nada acrescenta à nossa civilização. Como católica, vejo com muito agrado a evolução que tem havido na própria Igreja Católica.